



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

O Governo vai implementar a “licença de vacinação” e isentar o pagamento do teste de ácido nucleico às pessoas que não podem tomar a vacina?

Há dias, a Direcção dos Serviços de Saúde (DSS) publicou as “Directrizes sobre a inoculação da vacina contra a COVID-19 e o teste de ácido nucleico para os funcionários”, salientando que estas são orientações de princípio para a prevenção da epidemia, e que se os trabalhadores não puderem ou não quiserem submeter-se à vacinação, podem optar por fazer o teste de ácido nucleico, portanto, há uma alternativa, não se trata de uma medida restritiva ou compulsória. No entanto, logo após a implementação desta medida, recebi imediatamente opiniões de alguns funcionários públicos e trabalhadores dos sectores da educação, do jogo, da restauração, dos serviços de utilidade pública, das finanças, dos serviços sociais e do desporto, que estão preocupados com a possibilidade de cada um actuar à sua maneira, e de surgirem até situações de os trabalhadores serem obrigados a vacinar-se, prejudicando-se assim os seus direitos e interesses. O Governo deve criar mecanismos para evitar o surgimento de situações que não estejam em conformidade com a intenção original das referidas directrizes.

Os governos dos vários países do mundo têm tomado várias medidas de incentivo para elevar a vontade dos residentes em vacinar-se, por exemplo, o Governo de Hong Kong implementou a “licença de vacinação”, para incentivar os funcionários públicos a vacinar-se, dando-lhes tempo suficiente para descansarem. O Governo da RAEM deve tomar a iniciativa de incentivar mais empresas a adoptarem medidas de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

incentivo, tal como a “licença de vacinação”. Quanto às pessoas que sofrem de doenças graves, grávidas e outras pessoas que obtiveram atestado médico de inaptidão para a vacinação, o Governo deve facilitar-lhes a vida e oferecer-lhes mais cuidados, por exemplo, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP) afirmou que o Governo ia suportar os custos do teste de ácido nucleico dos funcionários públicos que não podiam tomar a vacina, porém, os trabalhadores do sector privado já não gozam do mesmo tratamento e, assim sendo, os que não são vacinados têm de suportar, sem outra alternativa, os custos do teste de ácido nucleico, efectuado de sete em sete dias, portanto, o Governo deve adoptar medidas adequadas, tal como a isenção dos respectivos custos. A DSS só responde pela emissão das directrizes de princípio, a respectiva implementação passa para os serviços públicos, e a situação no sector privado é ainda mais complicada. Então, quem é que tem a última palavra sobre estas medidas? O Governo ainda não apresentou uma explicação clara sobre isto.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Em articulação com as directrizes publicadas recentemente pela DSS, o Governo deve implementar medidas concretas de incentivo, tal como a licença de vacinação, por forma a incentivar mais empresas privadas a seguirem os seus passos, encorajando os seus trabalhadores a submeterem-se à vacinação. Vai fazê-lo? Em caso negativo, porque é que o Governo insiste em não adoptar medidas para incentivar a vacinação voluntária de mais pessoal, e até mesmo para servir de exemplo para o sector privado?

2. A DSS tem afirmado repetidamente que as referidas directrizes não são



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

restritivas ou compulsórias, no entanto, muitos trabalhadores estão preocupados, nomeadamente, os do sector privado, uma vez que neste sector podem surgir mais problemas na respectiva execução. Como é que a DSS vai pôr em prática o princípio da voluntariedade da vacinação, adoptado nas referidas directrizes, a fim de evitar a violação deste princípio?

3. A DSS esclareceu que responde pela emissão das orientações de princípio sobre as medidas de prevenção da epidemia, portanto, deixa para os serviços a discussão sobre quem, de acordo com a sua situação concreta, vai suportar os custos do teste de ácido nucleico. Segundo as directrizes dos SAEP, quem, devido ao seu estado físico, obtém o atestado médico comprovativo de inaptidão para a vacinação, fica isento do pagamento do teste de ácido nucleico. No futuro, esta medida vai estender-se a que instituições privadas? Afinal, como é que os diversos sectores, tais como a educação, o jogo, a restauração, os serviços públicos, as finanças, os serviços sociais e o desporto, vão resolver este problema? O Governo deve responder, com toda a clareza, às dúvidas da sociedade, isto é, se os médicos emitirem atestado para provar que os trabalhadores em causa das entidades privadas estão inaptos para a vacinação, estes vão ficar, de forma igual, isentos do pagamento do teste de ácido nucleico ou vai ser-lhes prestado o apoio devido?

17 de Setembro de 2021

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Cheng I